

Imagem das instituições

Os últimos anos têm sido particularmente ricos na vida das instituições brasileiras. A Constituinte de 1988 é, certamente, um marco importante, porque levou a uma série de profundas mudanças na atuação destas instituições. O Congresso Nacional e o Poder Judiciário ganharam novas e importantes atribuições, merecendo, por fim, plenamente sua denominação de poderes.

Por uma série de fatores, entre os quais sobressai a crise econômica que marcou a década de 80 e que se mantém firme nos anos 90, as instituições brasileiras não gozam, no geral, de uma boa imagem junto à população. Para os menos informados, a culpa pela situação atual deve ser sempre atribuída ao "governo", e este "governo", para eles, é um ser indefinido, que ora é o Executivo ora o Legislativo.

Três anos após a redivisão das atribuições, os três poderes ainda não vivem plenamente o que estabelece a nova Constituição. Do lado do Executivo, deve-se ressaltar que a sucessiva edição de medidas provisórias — reprovadas por ferirem as leis — mostra a resistência ainda do espírito arbitrário que marcou o governo brasileiro nas décadas de 60 e 70.

O Poder Judiciário saiu grandemente fortalecido com a nova Carta, especialmente no que se refere à atuação da Procuradoria Geral da República, que, em muitas oportunidades, coibiu excessos do Executivo. No entanto, a grande crítica que ainda hoje se mantém é quanto à lentidão dos procedimentos jurídicos. Mesmo atuando com base nas leis, o Ju-

diciário não deixa de ser culpado, aos olhos do povo, pela impunidade que beneficia muitos criminosos, especialmente os que praticam os crimes do "colarinho branco".

O Congresso Nacional também sofre por qualquer ato reprovável que venha a ser praticado por um dos seus membros. É inegável que há uma tendência a generalizar. Qualquer erro de um parlamentar faz com que as pessoas critiquem "os políticos". O que jamais é levado em conta, por exemplo, é que os políticos, sem exceção, foram eleitos pelo voto dos cidadãos. O Congresso Nacional representa, pois, a média do que pensam e querem os brasileiros.

A imagem do Congresso Nacional sofreu esta semana em dois episódios, igualmente traumáticos. O resultado da votação na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, pela cassação do deputado Jabes Rabelo, foi considerado preocupante pelo presidente da instituição, Ibsen Pinheiro. Embora 39 deputados tenham votado pela cassação, 15 foram contra. Para retirar o mandato de Jabes Rabelo, 252 de seus colegas terão de votar contra ele em plenário.

Mesmo assim, os votos contra Jabes Rabelo e o afastamento do relator da Comissão Mista de Orçamento, deputado João Alves, indicam que a Câmara quer mesmo abandonar a postura passiva que adotou quando servia apenas como instância homologatória — nos anos de desconcerto político — para atuar com o rigor que se espera do poder que representa os cidadãos.